



SEÇÃO LIVRE

A construção social dos atores políticos: as novas condições de competição eleitoral e a campanha presidencial de Eurico Dutra em 1945

Social construction of political actors: The new conditions of electoral competition and Eurico Dutra's presidential campaign in 1945

La construcción social de los actores políticos: Las nuevas condiciones de competencia electoral y la campaña presidencial de Eurico Dutra en 1945

Douglas Souza Angeli¹

orcid.org/0000-0001-6540-9358
douglas.angeli@uemg.br

Recebido em: 12 fev. 2025.

Aprovado em: 16 maio. 2025.

Publicado em: 15 set. 2025.

Resumo: O artigo realiza uma revisão histórica da competição eleitoral no Brasil, desde o período anterior até a transição política da ditadura do Estado Novo em 1945. Em seguida, analisam-se dados sobre o eleitorado brasileiro, discutem-se as condições de formação do eleitor a partir de 1945, em diálogo com a produção historiográfica sobre o tema, e examinam-se documentos relacionados às práticas de mobilização na campanha presidencial de Eurico Dutra. O principal argumento é o de que, apesar de sua origem no regime autoritário, essa transição política pode ser considerada um momento-chave no processo de construção social dos atores políticos rumo a uma experiência democrática no Brasil. A análise da documentação de Dutra em 1945 revela um esforço complexo para organizar uma campanha presidencial voltada a um eleitorado ampliado, buscando mobilizá-lo e conquistar seus votos até o dia da eleição.

Palavras-chave: campanha eleitoral; construção do eleitor; eleições de 1945; Eurico Dutra.

Abstract: This article provides a historical review of electoral competition in Brazil, from the period preceding the political transition of the Estado Novo dictatorship in 1945. Subsequently, data on the Brazilian electorate are analyzed, the conditions for elector formation from 1945 onward are discussed in dialogue with historiographical production on the subject, and documents related to mobilization practices in Eurico Dutra's presidential campaign are examined. The main argument is that, despite its origins in an authoritarian regime, this political transition can be considered a key moment in the process of social construction of political actors toward a democratic experience in Brazil. The analysis of Dutra's 1945 documentation reveals a complex effort to organize a presidential campaign aimed at an expanded electorate, seeking to mobilize and secure their votes up to election day.

Keywords: Electoral Campaign; Elector Formation; Elections of 1945; Eurico Dutra.

Resumen: El artículo realiza una revisión histórica de la competencia electoral en Brasil, desde el período anterior hasta la transición política de la dictadura del Estado Novo en 1945. A continuación, se analizan datos sobre el electorado brasileño, se discuten las condiciones de formación del elector a partir de 1945, en diálogo con la producción historiográfica sobre el tema, y se examinan documentos relacionados con las prácticas de movilización en la campaña presidencial de Eurico Dutra. El principal argumento es que, a pesar de su origen en un régimen autoritario, esta transición política puede considerarse un momento clave en el proceso de construcción social de los actores políticos hacia una experiencia democrática en Brasil. El análisis de la documentación de Dutra en



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

1945 revela un esfuerzo complejo para organizar una campaña presidencial dirigida a un electorado ampliado, buscando movilizarlo y conquistar sus votos hasta el día de la elección.

Palabras clave: Campaña electoral; Formación del elector; Elecciones de 1945; Eurico Dutra.

A construção social dos atores políticos

O candidato que busca conquistar o voto do eleitor e o eleitor que vota no candidato: a naturalização destas cenas no presente pode encobrir o fato de que tais práticas são construções históricas resultantes de um longo processo de integração e socialização política. Partidos, candidatos, eleitores, cabos eleitorais, comentaristas na imprensa: muitos são os sujeitos que compõem o quadro de uma competição eleitoral. Entre o cidadão de papel, aquele que está legalmente apto a votar, e o representante que exerce um mandato, e nas práticas sociopolíticas que unem estas pontas, há um processo de construção social dos atores políticos – processo histórico no qual emergem sujeitos interessados na competição eleitoral e pelo qual se configuram rotinas democráticas como propuseram Leticia Bicalho Canêdo (2005, 2010) e Michel Offerlé (2005, 2011).

O período que se estende de 1945 a 1964 tem sido apontado por parte da historiografia como uma experiência democrática de caráter inédito na política brasileira (Gomes; Ferreira, 2018). Entre duas ditaduras, o Brasil viveu quase duas décadas de grande competição política, ampliação do eleitorado e consolidação de partidos nacionais. Esse período coincide, em grande medida, com a curta segunda onda de democratização, conforme Samuel Huntington (1994), que vai de 1943 a 1962, do fim da Segunda Guerra Mundial aos desdobramentos da Guerra Fria e uma segunda onda de desdemocratização. No âmbito da América Latina, além do processo brasileiro, o período coincide com curtas experiências de democracia eleitoral na Argentina, no Peru, na Colômbia e na Venezuela.

O objetivo deste texto é apontar algumas características relevantes do período para uma história da construção do eleitor no Brasil, refletindo sobre os impactos da transição política de 1945 no processo de experimentação da democracia por parte das elites políticas e dos cidadãos. Para tal, a análise de dados eleitorais de 1945 e de documentos da campanha presidencial de Eurico Dutra fornece elementos para compreensão da elaboração de estratégias, das práticas de mobilização e da percepção das lideranças políticas sobre as características do cenário político que emerge no pós-1945².

A correspondência presente em arquivos privados oferece diversos indícios das práticas sociais e do imaginário de uma época, da forma como as ideologias, os acontecimentos e seus protagonistas foram percebidos por seus produtores – ou a forma como queriam que fossem percebidos pelos seus interlocutores. No arquivo de Getúlio Vargas, um documento datilografado e sem autoria é um bom exemplo da última afirmação, perceptível em seu título: *A situação política tal como me parece*³ – o documento lista alguns aspectos do cenário político e eleitoral brasileiro de 1945. O regime iniciado em 1937 dava sinais de esgotamento desde meados de 1944, acelerando uma abertura política controlada pelo próprio governo, já avaliada internamente desde 1942. Em maio, o decreto da lei eleitoral, conhecido como Lei Agamenon, definiu as eleições para 2 de dezembro de 1945 e criou a obrigatoriedade do registro dos partidos políticos como agremiações nacionais.

A situação política tal como me parece traça um prognóstico das eleições presidenciais considerando os dois candidatos já lançados: Eurico Dutra e Eduardo Gomes. Dois cenários eram cogitados em relação às eleições de 1945: dar-se-iam como suas predecessoras, nas quais o governo jamais perdeu; ou seriam revestidas de um caráter inédito e os eleitores votariam com

² O artigo é resultado do projeto de pesquisa "Mobilização eleitoral e experiência democrática nas eleições presidenciais no Brasil (1945-1960)", financiado pela chamada FAPEMIG 01/2023 demanda universal e pela chamada FAPEMIG 15/2023 com bolsa BIPDT. Vincula-se também à etapa de pesquisa realizada no âmbito do estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

³ A SITUAÇÃO política tal como me parece. IS. LI, set. 1945. Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC GV c 1945.09.00/1.

independência. O Brasil realizou eleições para presidente da República periodicamente entre 1894 e 1930, mas com eleitorado restringido e muita certeza prévia: não havia possibilidade de vitória da oposição. *A situação política tal como me parece* sintetiza isso na primeira conjectura enunciada: "Se o comparecimento às urnas se revestir das características pretéritas, o general Dutra deverá vencer, não porque seja um candidato popular, mas em virtude de ser o candidato da situação". Já o segundo cenário apresentado imaginava a possibilidade de independência do eleitorado, no qual seria plausível a vitória do candidato da oposição: "Fato inédito, porém possível no presente". Este último ponto merece destaque.

Diversos elementos tornavam a conjuntura eleitoral de 1945 muito específica: o fim da Segunda Guerra Mundial, a abertura do regime autoritário do Estado Novo, a reorganização das oposições, o novo decreto de lei eleitoral, a crescente incorporação de camadas populares urbanas à política, o trabalhismo, os novos partidos nacionais. Além disso, a primeira eleição presidencial em 15 anos se daria em novo contexto social e cultural, especialmente quanto aos meios de comunicação. Tudo isso ampliava a incerteza eleitoral em um processo no qual o governo já não tinha controle sobre o alistamento, embora buscasse garantir um contrapeso urbano com a modalidade *ex officio* (Angeli; Costa, 2022; Limongi, 2015). A incerteza eleitoral estava sintetizada na sutil observação do documento anônimo *A situação política tal como me parece*: o inédito era possível.

A campanha eleitoral de 1945 foi marcada pela competição entre projetos e estratégias distintas, mas também pela queda do Estado Novo e pela incerteza acerca do espólio político do regime: seus agentes políticos conseguiriam obter os dividendos eleitorais previstos? O poderio dos interventores garantiria a vitória do candidato do PSD? As oposições a Vargas lograriam a vitória de seu candidato após a deposição do ditador? As oligarquias do pré-1930 retomariam suas posições de mando na política nacional? A eleição

presidencial ocorreu em 2 de dezembro de 1945, conforme previsto. Ao ritmo lento do processo de apuração das urnas, somou-se a estupefação das oposições diante da vitória robusta de Eurico Dutra: com 55% dos votos.

A máquina eleitoral do PSD foi, certamente, muito bem montada para garantir a vitória de seu candidato nacional. Mas a campanha de 1945 seria marcada por elementos de incerteza que a dotaram de um caráter inédito: a criação dos partidos políticos nacionais, a ampliação do eleitorado, a maior participação de camadas populares urbanas, a perda do controle do alistamento pelo governo e a maior competição entre os partidos (Gomes; Ferreira, 2018; Limongi, 2015). O pleito de 1945 viu-se muito diferente da última eleição presidencial, realizada em 1930, mesmo que muitas práticas sociais nos alicerces das rotinas eleitorais se mantivessem inalteradas.

Este texto dialoga com as discussões de uma história social da política, que se ocupa do estudo dos laços entre a política e as práticas da vida coletiva, os vínculos entre a vida política e as relações sociais, os grupos sociais e os espaços de sociabilidade. A oposição entre história política e história social não encontra sentido no debate historiográfico das últimas décadas, cuja tendência predominante nos estudos políticos tem sido a preocupação com o "elemento social na política e com o elemento político na sociedade" (Burke, 1992, p. 36). A renovação da história política teve como uma das premissas o interesse em todos os atores sociais, incluindo o "povo" ou as "massas", e a política passou a ser entendida como uma modalidade da prática social, vinculando-se a outros aspectos da vida coletiva (Rémond, 1996, p. 35).

A obra de Michel Offerlé (2011, p. 178) chama atenção para a construção de agentes interessados na competição eleitoral: o ato de votar faz aparecer objetos, produtos e conceitos novos, da urna aos eleitorados, dos cartazes aos comentários. Com isso, evidencia-se um trabalho de invenção de técnicas de conquista de votos, de criação de organizações políticas, de construção do eleitor (Offerlé, 2005, p. 356). Como ressaltam

Alain Garrigou (1988) e Offerlé (2011), para que haja eleições, é preciso que se constituam eleitores e isto se dá por meio de uma série de incitações que buscam construir um interesse pelo voto e pela competição eleitoral. Esta perspectiva leva a historiografia ao exame das práticas para uma história material do voto, da profissão política e da construção de eleitorados, com atenção para a criação de papéis sociais e de sua transformação ao longo do tempo, da aparição de dispositivos que incitam certos modos de fazer e o modo como os atores se apropriam dessas práticas contextualmente (Gené; Vommaro, 2011, p. 15).

O artigo inicia com uma revisão sobre a história do eleitor no Brasil até o Estado Novo e a transição de 1945. Na sequência, são analisados dados sobre o eleitorado brasileiro e discutidas as condições de construção do eleitor na experiência democrática iniciada em 1945 em diálogo com a produção historiográfica sobre o tema. Por fim, são analisados documentos relativos a práticas de mobilização na campanha presidencial de Eurico Dutra em 1945. O principal argumento é o de que, apesar de sua gênese no regime autoritário, a transição política de 1945 pode ser considerada um momento-chave do processo de construção social dos atores políticos para uma experiência democrática no Brasil.

O eleitor brasileiro e a transição de 1945

Do ponto de vista da cidadania eleitoral, a Primeira República foi bastante restringida. Apesar do fim do voto censitário, a manutenção do voto literário e a não expansão da escolarização mantiveram o contingente de eleitores em percentuais muito próximos do cenário final do Império (Carvalho, 2003; Nicolau, 2002; Viscardi, 2012). Conforme Angela Alonso (2002), a geração política de 1870 é de contestadores, não de revolucionários, sendo ponto comum entre seus integrantes a aspiração à transformação controlada da sociedade e do sistema político através de instituições e leis, gerando uma dilatação dos processos de tomada de decisão para que fossem ouvidos, sem necessariamente universalizar tal prerrogativa. Os diferentes grupos republicanos

convergiram na defesa de um Estado moderno, com uma burocracia capaz de conduzir o País à modernização, sendo que para a maioria dos propagandistas históricos a República não correspondia necessariamente a igualdade e a participação (Lynch, 2016).

Assim, o modelo de federalismo oligárquico consolidou uma visão elitista do novo regime já presente em diferentes grupos políticos que disputaram os projetos republicanos, resultando em modelo avesso ao sistema partidário e aos demais instrumentos de democracia representativa. De acordo com Cristina Buarque de Hollanda (2009), o objeto por excelência da representação repousava nos Estados e não no povo. A desconfiança com relação à amorfia do povo tornava a ideia liberal de representação um desafio, resultando em forte aposta no papel das elites políticas e do Estado. De modo geral, a retórica congressional do federalismo oligárquico convergiu na identificação do Estado e das figuras públicas como protagonistas da cena política, inclusive por meio de tentativas de solucionar os três principais problemas eleitorais: a sub-representação das minorias, a fraude eleitoral e a presença do Judiciário nos pleitos (Hollanda, 2009, p. 23).

Uma supervalorização da alegoria do voto de cabresto pode gerar, todavia, uma imagem distorcida da Primeira República. Seguindo a argumentação de Cláudia Viscardi (2017), se havia uma distribuição bastante desigual do poder, isso não significa que o eleitor figurasse apenas como peça descartável, e que a busca pelo seu controle por parte dos chamados coronéis fosse dispensável. Como destaca a autora, para o chefe político local era mais fácil estender à sua base as relações de reciprocidade que mantinha com as esferas acima dele, evitando se desgastar com o uso da força, e assim a troca de favores garantia o comparecimento nos dias de eleição e o voto no candidato previsto (Viscardi, 2017, p. 126). No mesmo sentido, Paolo Ricci e Jaqueline Zulini (2016) apontam que o foco no recurso à fraude e à violência deturpou a compreensão de como se organizavam os pleitos na Primeira República.

Embora a presença de tais práticas seja indubi-

tável, nem tudo se resumiu a fraude e a coerção física nas eleições da Primeira República. A intimidação física não seria suficiente para controlar o resultado das urnas, sendo fundamental nesse processo o domínio da máquina administrativo-eleitoral, garantindo o poder de mando sobre o alistamento, a composição das mesas eleitorais e a diplomação dos eleitos. O sucesso desse modelo, no entanto, dependia da capacidade de persuasão e de controle efetivo dos eleitores por meio de mecanismos não necessariamente coercitivos. Nesse sentido, a existência de um mercado de transações de votos por retornos materiais básicos é indicativa de um controle do eleitorado que estava longe de ser automático (Ricci; Zulini, 2016, p. 218).

O arranjo político pré-1930, com uma participação eleitoral muito restrita, não reunia elementos favoráveis à construção de um interesse pelo voto e pela competição eleitoral em camadas mais amplas. Resultado de conflitos intraoligárquicos em articulação com movimentos militares dissidentes, a chamada "Revolução de 1930" promoveu grandes alterações nas elites políticas brasileiras. A década de 1920 havia constituído novos atores políticos nas bordas do regime, mas também entre as próprias oligarquias, surgindo uma geração menos comprometida com o liberalismo e defensora de certa incorporação de reivindicações dos setores emergentes, como o voto secreto, programas sociais e intervenção do Estado sobre iniciativas econômicas mais diversificadas (Grijó, 2017; Viscardi, 2012). Foram esses setores que assumiram a direção do movimento, promovendo uma modernização conservadora concretizada ao longo da década de 1930 (Viscardi, 2012).

Como demonstrou Aspásia Camargo (1983), o processo de 1930 recompõe ou renova as elites políticas, com o brusco ou gradual alijamento de lideranças oligárquicas e o deslocamento do segundo para o primeiro plano de gerações posteriores, antes bloqueadas pela lenta renovação política. Isso dá origem a uma nova elite política em tempos de crise internacional de grandes proporções, permitindo um conjunto

de medidas modernizadoras que a legitimam. Seguindo os argumentos da autora, entre 1932 e 1937, chega-se a uma renovação geracional das elites políticas moldada pelo intervencionismo e pela centralização política (Camargo, 1983, p. 415).

O golpe de 10 de novembro de 1937 deu início ao chamado Estado Novo, regime autoritário que perdurou até a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945. Angela de Castro Gomes (2005, 2010) dividiu o período em duas fases ou movimentos distintos, tendo no primeiro, até 1942, vigorado um autoritarismo desmobilizador, baseado na censura e na repressão. O regime passou por uma inflexão a partir de 1942, buscando assentar sua legitimidade na mobilização, reforçando o uso da propaganda e almejando a construção de novas bases de apoio centradas na política social. Tal movimento resultou em mudanças nas relações entre Estado e sociedade, marcadas destacadamente pela incorporação da classe trabalhadora ao cenário político.

O período do Estado Novo (1937-1945) corresponde também a uma inflexão no projeto econômico, que passa a focar mais na industrialização e no incremento do desenvolvimento baseado no mercado interno, coincidindo com uma política externa mais independente em um contexto de incerteza internacional, onde o projeto de desenvolvimento autônomo era combinado com uma postura de atração de investimentos estrangeiros. Como destaca Francisco Corsi (2007), o acirramento da Segunda Guerra Mundial reduziu as possibilidades de uma política externa independente, forçando um alinhamento, mas abriu caminho para a superação parcial do problema da escassez de financiamento externo. Desse modo, a aliança do Brasil com os Estados Unidos e o ingresso no conflito coincidem com a necessidade de o regime Vargas projetar uma abertura democrática e avaliar as estratégias para uma transição política em que se renunciasse ao regime autoritário sem incorrer em perda de posições de poder no futuro arranjo político (Gomes, 2005, p. 186).

O Estado Novo havia gerado transformações sociais e culturais importantes do ponto de vista

das relações entre Estado e sociedade ao buscar construir uma nova legitimidade baseada na identificação do povo com a nação, representada pelo Estado (Capelato, 2008; Gomes, 1996, 2005). Nele, a cidadania não se definiu pela posse de direitos civis ou políticos, mas pelos direitos sociais, resultando na ideia de que ser cidadão era pertencer a uma totalidade econômica, jurídica e moral ligada ao trabalho (Capelato, 2008). Um povo-trabalhador tornou-se uma figura coletiva e um personagem incorporado ao cenário político pela tutela do Estado como um corpo político hierarquizado pelo trabalho (Gomes, 2005, p. 209).

O processo político após a Revolução de 1930 gerou modificações nas elites políticas que seriam decisivas na transição política de 1945 e moldou, na fase final do Estado Novo, a figura do cidadão-trabalhador, incorporando a classe trabalhadora ao cenário das relações político-institucionais. Antes, portanto, da construção do cidadão-eleitor do período pós-1945, como será defendido no argumento central deste texto, já estava formado o cidadão-trabalhador do regime autoritário.

O ano de 1944 foi marcado pela grande movimentação das oposições, que aproveitaram o abrandamento da censura e realizaram manifestações públicas de repúdio à ditadura e a favor de um candidato de oposição a Vargas, o brigadeiro Eduardo Gomes. Para perplexidade de tais oposições, o ano seguinte foi marcado pelo queremismo, movimento de camadas populares a favor da permanência de Vargas no poder. Conforme Jorge Ferreira (2005, p. 87), pode-se interpretar tal acontecimento como um reconhecimento de grande parcela dos trabalhadores a um governo que os elevou à categoria de cidadãos e uma demonstração de insatisfação com os rumos da transição política: se na década anterior, eles haviam aprendido a exercer a cidadania social, ao longo de 1945, lutando pela garantia das leis sociais, aprenderam a lidar com a cidadania política.

O decreto da lei eleitoral, conhecido como Lei Agamenon, definiu as eleições para 2 de

dezembro de 1945 e criou a obrigatoriedade do registro dos partidos políticos como agremiações nacionais. Com isso, as forças políticas dividiriam a cena política entre o situacionismo varguista, de um lado, e as oposições a Vargas, de outro. Das entranhas do Estado Novo e tendo como base os interventores estaduais e municipais – aliados nomeados para governar estados e municípios –, as elites políticas que apoiavam Vargas formaram o Partido Social Democrático (PSD), lançando como candidato a presidente o ministro da Guerra, general Eurico Dutra. Os sindicalistas ligados à estrutura do Ministério do Trabalho formaram outra sigla de apoio a Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ainda contando com pouca estrutura. Diversos grupos de oposição formaram a União Democrática Nacional (UDN) em torno da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. O Partido Comunista do Brasil (PCB) se reorganizou após a anistia e libertação de Luís Carlos Prestes e obteve registro legal como os demais partidos (D'Araújo, 1999; Gomes, 2005; Skidmore, 2010).

Com a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945, o governo foi assumido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, até a posse do presidente eleito. As eleições de 2 de dezembro foram realizadas com tranquilidade, expondo o novo quadro das forças políticas: Eurico Dutra (PSD) foi eleito com 55% dos votos, superando o oposicionista Eduardo Gomes (UDN), que obteve quase 35%, e o candidato civil lançado pelo PCB, o engenheiro Yeddo Fiuza, que conquistou quase 10% da preferência do eleitorado. Entre os 286 deputados eleitos para a constituinte, 52,7% o foram pelo PSD. A vitória de Dutra e a ampla maioria deixam evidente o poderio desse partido, que detinha uma máquina política bem estruturada a partir dos interventores nos estados e municípios. Apesar da vantagem eleitoral do PSD, a oposição formou uma parcela importante do quadro político, mesmo com a derrota de seu candidato a presidente, elegendo cerca de 43% dos deputados pela UDN ou pelo Partido Republicano (PR) – também de oposição e liderado pelo ex-presidente Arthur Bernardes,

com base eleitoral em Minas Gerais⁴.

Getúlio Vargas saiu do pleito com uma vitória incontestável. Eleito senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo, também obteve eleição para deputado federal pelos estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, além do Distrito Federal, onde obteve impressionantes 28,11% dos votos nominais⁵. Seu apoio a Eurico Dutra, poucos dias antes do pleito, foi considerado o impulso final que garantiu a vitória do candidato pessedista, especialmente pelo impacto nas camadas urbanas mobilizadas pelo trabalhismo estado-novista. Assim, no ano de 1945, as camadas populares urbanas passaram definitivamente ao patamar de agente político importante e elemento indispensável aos cálculos eleitorais (Ferreira, 2005; French, 1995; Gomes, 2005).

Além de Getúlio Vargas, o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, responsável pela política de mobilização trabalhista na segunda fase do Estado Novo, elegeu-se senador pelo PTB de São Paulo. Entre os eleitos pelo PSD, estavam diversos interventores: Álvaro Botelho Maia (Amazonas, 1937-1945), Ernesto Dornelles (Rio Grande do Sul, 1943-1945), Ismar de Góis Monteiro (Alagoas, 1941-1945), Joaquim Magalhães Cardoso Barata (Pará, 1943-1945), Nereu de Oliveira Ramos (Santa Catarina, 1937-1945), Pedro Ludovico Teixeira (Goiás, 1937-1945) e Renato Onofre Pinto Aleixo (Bahia, 1942-1945); também figuras importantes nas estruturas de poder estaduais e que assumiram a interventoria interinamente e/ou nos momentos finais do regime: Alfredo da Silva Neves (Rio de Janeiro), Clodomir Cardoso (Maranhão), Etelvino Lins de Albuquerque (Pernambuco), Georgino Avelino (Rio Grande do Norte) e Ivo D'Aquino Fonseca (Santa Catarina); e prefeitos nomeados em capitais: Antônio de Novais Filho (Recife, 1937-1945) e Henrique de Novais (Vitória, 1945)⁶.

É possível até mesmo questionar se as eleições de 1945 foram realmente democráticas do ponto de vista da competição eleitoral entre os partidos. O esquema, montado desde a decretação da lei eleitoral, funcionou com sucesso para manutenção da elite do Estado Novo no poder. Foi uma eleição onde todo o *status quo* político nos estados e municípios fazia parte da máquina do PSD. Em novembro, alguns dias após a posse de Linhares, foi iniciada a substituição dos interventores estaduais nomeados pelo Estado Novo, no intuito de reduzir a influência do PSD sobre a estrutura política. Apenas poucos dias antes do pleito, teve início o processo de afastamento dos prefeitos municipais, que não se completou a tempo e surtiu poucos efeitos. Em tese sobre o PSD do Rio Grande do Sul, Lisandre Oliveira (2008) salientou o uso da máquina pública como um elemento decisivo a favor do partido nas eleições de 1945 e 1947.

É importante salientar que, se a legislação eleitoral no primeiro momento favoreceu o continuismo varguista, a continuidade do regime pode ser considerada bem-sucedida do ponto de vista do sistema eleitoral, especialmente a partir do código eleitoral de 1950 (Ghiggi, 2014; Lavareda, 1991). Se o PSD dominou com grande distância o cenário eleitoral em 1945, em grande medida devido ao mecanismo das sobras, que concedia ao partido mais votado as cadeiras que sobravam do cálculo do coeficiente, isso não seria válido para as eleições seguintes: a sigla detinha 52,7% dos deputados em 1945, o que caiu para 36,8% em 1950, 34,9% em 1954, 35,2% em 1958 e 28,8% em 1962 (Hippolito, 2012, p. 67). O período 1945-1964 será caracterizado, conforme tese de Antônio Lavareda (1991), pelo incremento da nacionalização da política partidária, havendo a extensão de sua complexidade inicial, com implantação extensiva dos partidos menores. Aquele sistema partidário-eleitoral pode ser qualificado como "bastante

⁴ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Resultados das eleições de 1945*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1945/resultados>. Acesso em: 17 set. 2024.

⁵ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Resultados das eleições de 1945*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1945/resultados>. Acesso em: 17 set. 2024.

⁶ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Resultados das eleições de 1945*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1945/resultados>. Acesso em: 17 set. 2024.

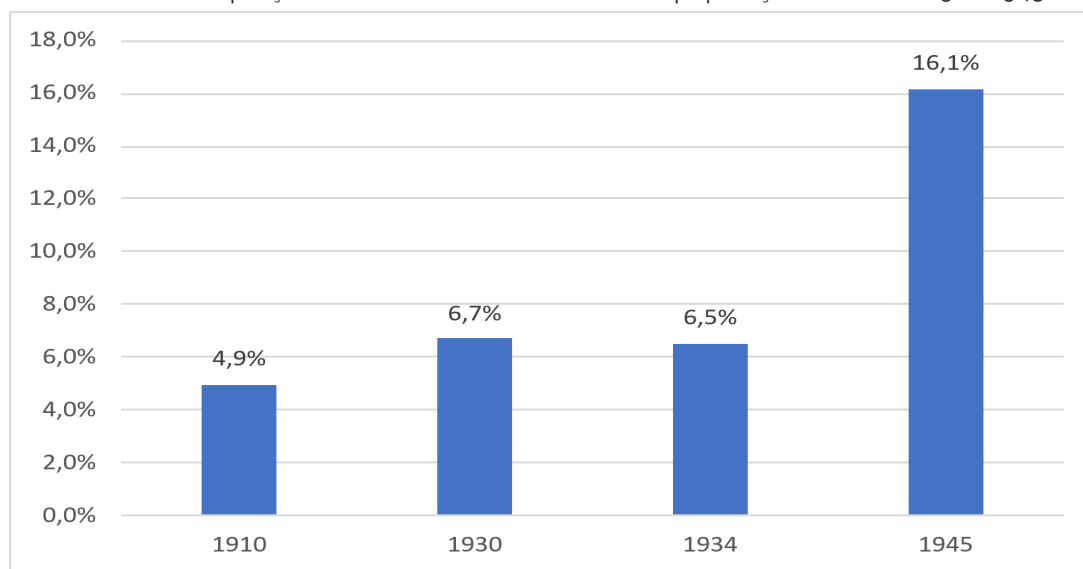
complexo em processo de consolidação", com sinais de institucionalização muito expressivos (Lavareda, 1991, p. 187).

A transição política de 1945 deu início a uma fase de ampliação do eleitorado e de experimentação da democracia em dimensões distintas do período anterior a 1937, sendo a incorporação das camadas populares urbanas ao eleitorado uma de suas principais consequências.

As novas condições de mobilização eleitoral e a campanha de Dutra

A ampliação do eleitorado a partir de 1945 fica evidente quando se observa a evolução da proporção de eleitores sobre o conjunto da população brasileira. No gráfico seguinte, optamos pela comparação entre as eleições de 1910 e 1930, as mais concorridas da Primeira República; a de 1934, último pleito nacional antes do Estado Novo; e as de 1945.

Gráfico 1 – Proporção do eleitorado sobre o total da população brasileira (1910-1945)



Fonte: elaborado pelo autor conforme dados do IBGE (2025)⁷.

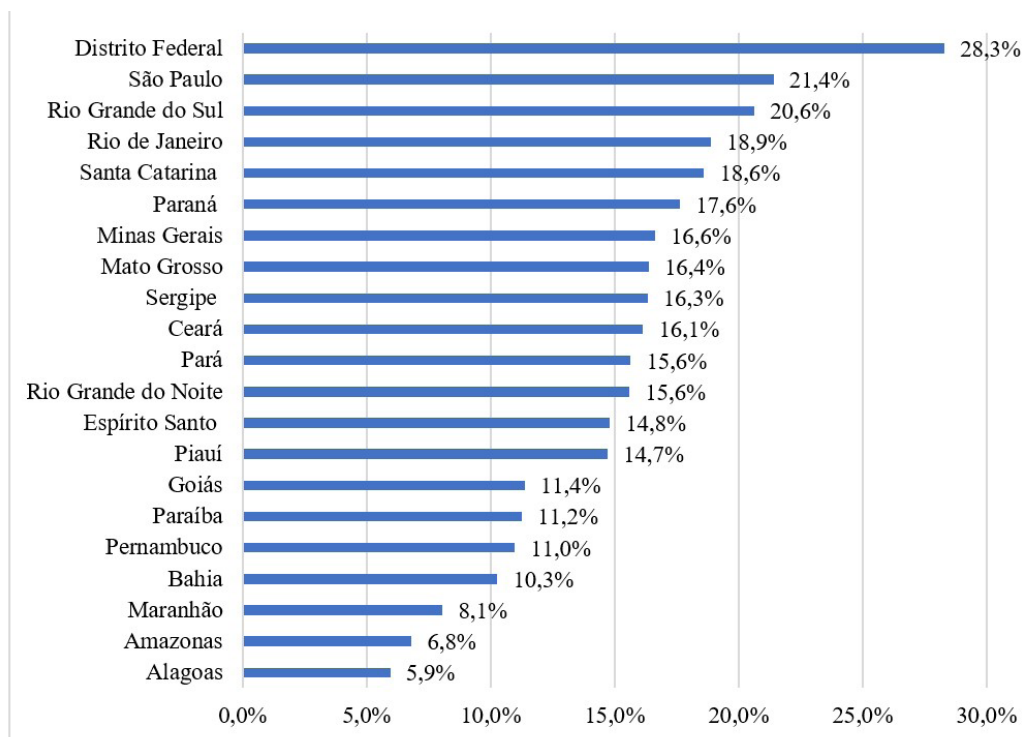
Em 1934, a proporção do eleitorado sobre o conjunto não população era praticamente a mesma de 1930 e não muito acima do percentual de 1910. Em 1945, ocorreu um salto para 16,1%, chegando a 26% em 1955. Em 1934, foram realizadas eleições para deputados federais e senadores após o Código Eleitoral de 1932 e a promulgação da Constituição de 1934. Alguns fatores estabelecidos na legislação, e apontados por Jairo Nicolau (2002), poderiam ter favorecido a ampliação do eleitorado: o início do voto feminino, o estabelecimento de sanções para os eleitores que não se inscrevessem, com exceção das mu-

lheres e dos maiores de 60 anos, o instrumento do alistamento *ex officio*, a redução da idade de alistamento para 18 anos. Porém, segundo o autor, a inscrição de eleitores em 1933 e 1934 não se realizou com a eficiência que se veria em 1945, quando o alistamento passou a ser obrigatório e o *ex officio* foi utilizado em grande escala (Nicolau, 2002, p. 43). Especialmente o segundo fator precisa ser observado com atenção.

Para compreensão das características da ampliação do eleitorado em 1945, é importante a observação do recorte por estados e por capitais com base nos gráficos 2 e 3, seguintes.

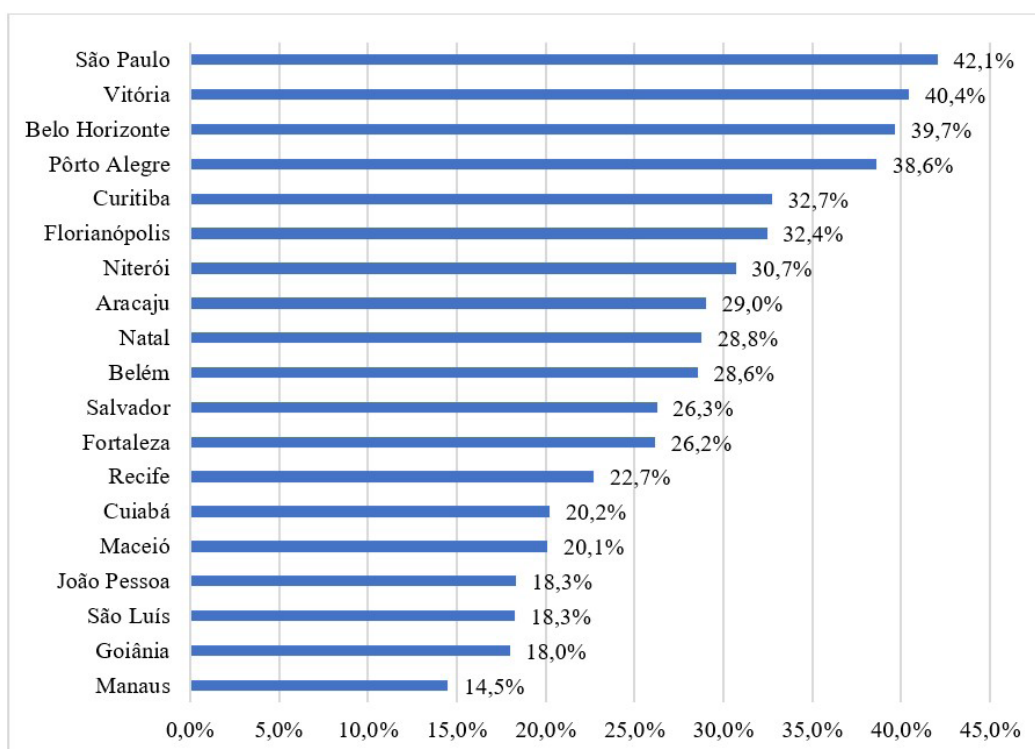
⁷ Consultando dados dos censos demográficos e estimativas populacionais, bem como dados a respeito da representação política.

Gráfico 2 – Proporção do eleitorado sobre o conjunto da população nos estados e no Distrito Federal (1945)



Fonte: elaborado pelo autor conforme dados do IBGE (2025).

Gráfico 3 – Proporção do eleitorado sobre o conjunto da população das capitais (1945)



Fonte: elaborado pelo autor conforme dados do IBGE (2025).

O percentual de 16,1% da população brasileira inscrita no eleitorado pode parecer pequeno, em que pese a necessidade de considerar a proibição do voto dos analfabetos em um país no qual apenas 43% da população com 10 anos ou mais sabia ler e escrever segundo o censo demográfico de 1940 (IBGE, 2025). No entanto, é preciso considerar que, além da grande ampliação na comparação com os dados de 1934, o mais importante é o caráter dessa ampliação/modificação do perfil de eleitor com o qual as forças políticas tiveram de aprender a lidar, o que tiveram de considerar e mobilizar. E isso ganha melhor dimensão quando observamos que as capitais de metade dos estados brasileiros passaram a contar com uma proporção próxima ou acima de 30% da população alistada – no caso de São Paulo, chegando a 42,1%. A presença das camadas médias urbanas e da classe trabalhadora dos grandes centros industriais é um dos fatores que precisa ser levado em grande consideração ao se avaliar o impacto da ampliação do eleitorado na política brasileira do pós-1945.

A expansão do eleitorado gerou impactos substanciais nas práticas e no comportamento das elites políticas, pois não significou somente um aumento exponencial da quantidade de eleitores, mas a modificação de seu perfil: além das mulheres, incorporadas gradualmente a partir de 1933, as transformações econômicas e sociais do País após 1930 incidem sobre a presença cada vez maior da classe trabalhadora dos grandes centros urbanos no conjunto dos eleitores. Trata-se do que Gláucio Ary Dillon Soares (1973) classificou como transformações do eleitorado brasileiro geradas pela extensão da cidadania eleitoral às classes trabalhadoras, sendo uma de suas características o crescimento maior nas zonas urbano-industriais – onde as condições de controle do eleitorado pelas oligarquias estaduais eram consideravelmente menores.

Isso não quer dizer que o eleitor das grandes cidades estivesse livre das redes clientelistas. No caso da cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal até 1960, a presença de órgãos de gestão federal propiciou o fortalecimento de redes

locais de patronagem. Conforme Carlos Eduardo Sarmiento (2008), as relações políticas na cidade se vincularam fortemente a práticas de perfil localista e de traços paroquiais, com redes de relações clientelistas. Ao mesmo tempo, a presença dos principais veículos de comunicação do País a tornava altamente permeável aos temas de debate nacionais e algumas variações conjunturais geravam oscilações no campo político e proporcionavam a emergência de lideranças carismáticas que promoviam surtos de nacionalização do debate político local (Sarmiento, 2008, p. 307-308). Cabe lembrar que Maria Celina D'Araújo (1996, p. 170) atribui o sucesso das lideranças do PTB, que de 1945 a 1964 seria o partido com maior crescimento nacional, à capacidade de articular as estratégias nacionalista e reformista com o empreguismo e com o clientelismo.

As práticas eleitorais, entretanto, foram se modificando com relação ao passado oligárquico, em que a política era assunto de poucos, e os padrões de convencimento e de adesão, especialmente nas zonas urbanas, tornavam-se cada vez mais distintos daqueles que seguiram vigentes nas pequenas localidades do interior. Essas transações são características de um modelo de política assistencialista voltado para as camadas populares, mas sobre o qual já se demonstrou que, nas décadas de 1950 e 1960, esteve marcado por constantes negociações e estratégias dos grupos empobrecidos para maximizar seus ganhos, sendo que o sucesso eleitoral dependia do cumprimento de acordos tácitos (Araújo, 2006). Mesmo produções que apostaram no conceito de populismo como chave explicativa para as relações entre camadas populares e lideranças políticas perceberam que tais laços estiveram longe de se expressar sob a forma de subordinação ou falsa consciência; antes, sim, como um crescente entendimento do papel do Estado na garantia de direitos, em um processo marcado pela constante negociação. Nessas operações, o voto era um instrumento de barganha, mas com uma clara noção de direitos (Duarte; Fontes, 2004).

Fernando Limongi (2015) está entre os autores

que concordam que a partir de 1945 as eleições no Brasil ganharam um novo caráter, passando a ser competitivas: há uma ruptura do controle que o governo historicamente exercia sobre as eleições, especialmente aquele exercido pelos grupos políticos locais sobre a formação do corpo eleitoral. Na eleição de 1945, as candidaturas de Eurico Dutra e Eduardo Gomes puderam competir eleitoralmente na maioria dos municípios conforme análise de Limongi (2015, p. 392), diferenciando-se do pleito ocorrido em 1930, no qual Júlio Prestes e Getúlio Vargas puderam “fazer eleitores” somente nos estados em que eram apoiados pelos governadores. O autor ressalta que os dois principais partidos emergentes em 1945, o PSD e a UDN, tinham suas bases eleitorais no campo e, desse modo, a entrada de camadas urbanas no cenário eleitoral, sob a tutela do varguismo e do sindicalismo, não pode ser considerada o traço preponderante do período (Limongi, 2015, p. 384).

O autor opera, no entanto, com um conceito que não pressupõe a persuasão dos eleitores pelos partidos como requisito para considerar as eleições competitivas: “Competição pode ocorrer mesmo quando políticos fazem eleitores e sabem de antemão que serão eleitos por aqueles que fizeram” (Limongi, 2015, p. 372). Nessa perspectiva, o controle sobre o comportamento dos eleitores permaneceu pouco alterado entre a Primeira e a Terceira Repúblicas, pois os eleitores votariam de acordo com a vontade daquele que lhe providenciou o título eleitoral, transportou e lhe forneceu as cédulas previamente preenchidas (Limongi, 2015, p. 372). O autor associa a competitividade eleitoral à luta entre os partidos visando ao alistamento do maior número de eleitores para garantia da eleição e, com efeito, ao seu transporte e aquartelamento nos dias de pleito (Limongi, 2015, p. 391).

É preciso relativizar a análise de Limongi (2015) a respeito de “fazer o eleitor” e “aquartelá-lo”, pois o crescimento do eleitorado nas médias e grandes cidades o torna incontrolável aos partidos. O risco de tal generalização é deixar de perceber que, convivendo com os modos tradicionais de alistamento e de coordenação eleitoral dos

grupos políticos locais, o período apresenta um novo contingente eleitoral, especialmente nas zonas urbanas, que amplia o grau de incerteza da competição política e exige novas práticas de mobilização mais relacionadas à persuasão. Limongi (2015, p. 392) argumenta que, para garantir a eleição, os políticos deveriam fazer um grande número de eleitores no alistamento e, portanto, o crescimento do eleitorado seria evidência direta da incerteza quanto aos resultados eleitorais. Mas se pode dizer, igualmente, que a ampliação e a modificação do perfil do eleitorado geraram ainda mais incerteza eleitoral. Em perspectiva histórica, é preciso observar os meandros pelos quais a norma não explica o vivido, valorizando os desvios, as estratégias e a experiência dos sujeitos (Certeau, 2014; Chartier, 2010; Thompson, 2012). Dito de outro modo, não se pode presumir que o eleitor alistado por um partido ou facção política manterá a adesão a este mesmo grupo ao longo do período, da mesma forma que não se pode presumir que o eleitorado alistado *ex officio* não forneça votos também à oposição.

É fato evidente que se formam grandes máquinas políticas nas cidades após 1945, mas a coordenação eleitoral pelos partidos perde a centralidade que detinha até a década de 1930, já não sendo possível reunir todos os eleitores em um pátio e levá-los até a urna. Como argumenta Paolo Ricci (2022), na Primeira República, os eleitores eram organizados coletivamente pelos agentes partidários e essa coordenação eleitoral se mostrou fundamental nas eleições de 1933 e 1934, mas se tornou extremamente custosa com o aumento do eleitorado a partir de 1945. O autor destaca que os estudos históricos têm apontado para a centralidade da adoção de mecanismos de mobilização diferentes das práticas típicas da Primeira República (Ricci, 2022). Sem que as práticas já estabelecidas deixassem de ter grande peso nos cálculos eleitorais, as eleições a partir de 1945 se diferenciam do pleito de 1930 por um conjunto de fatores que pressupõem a elaboração de práticas de convencimento: a ampliação do eleitorado, a crescente participação política das camadas urbanas, os partidos

nacionais e as diferenças no contexto dos meios de comunicação.

A noção de "fazer o eleitor" utilizada por Limongi (2015), que pressupõe o trabalho de torná-lo apto a tomar parte no processo eleitoral, difere do conceito de "construção do eleitor" proposto por Michel Offerlé (2005, 2011), já que este pressupõe a construção de um interesse pelo voto e pela competição eleitoral que não se dá espontaneamente, mas também não ocorre de forma unilateral, pois os sujeitos aprendem a apropriar-se da relação eleitoral com certa autonomia, o que gera impactos no próprio comportamento das elites políticas. Sobre as eleições no período de 1945 a 1964, pesquisas recentes têm observado práticas associadas ao segundo conceito, o de "construção do eleitor", através da mobilização promovida por diferentes agentes políticos: partidos, imprensa, Justiça Eleitoral, Igreja e outras instituições. Mesmo que os modos tradicionais de alistamento tenham persistido, bem como as práticas clientelistas, a necessidade de construir um interesse pelo voto e pela competição eleitoral e de disputar o esse eleitorado em novos marcos de competição levou a uma modificação no discurso e nas lógicas de mobilização de partidos e candidatos (Angeli, 2017, 2020).

As campanhas eleitorais, a partir de 1945, evidenciam cada vez a necessidade de partidos políticos, candidatos, comitês de propaganda e cabos eleitorais realizarem esforços de convencimento, técnicas de conquista do voto, construção de imagens e discursos de mobilização (Canêdo, 2010; Lima, 2010). Pesquisas demonstraram o crescente papel das campanhas eleitorais na busca por construção de uma popularidade e de uma proximidade com os eleitores (Angeli, 2020; Asturian, 2019; Costa, 2019), bem como a atuação dos eleitores na construção da propaganda política (Queler, 2010, 2015). O cenário formado a partir das eleições 1945 pode ser visto, portanto, como favorável à construção do eleitor em escala mais ampla, possibilitando a produção social de agentes políticos interessados no voto e na competição eleitoral em marcos democráticos.

Nesse novo cenário, como se organizou a

campanha de Eurico Dutra e o que ela nos diz sobre a primeira experiência de mobilização de um eleitorado mais amplo e diverso? O primeiro aspecto a se destacar é a estrutura partidária. O PSD foi formado como um partido nacional da cúpula estado-novista e com fortes bases regionais. Destacam-se em sua formação o ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, e os intervenitores de Minas Gerais, Benedito Valadares, e do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto. Era o partido dos intervenitores, muito mais ligado aos políticos tradicionais das áreas rurais do que às camadas urbanas, e herdeiro da máquina política do governo deposto em 29 de outubro de 1945 (Gomes, 2005; Oliveira, 1981). Isso lhe permitiu grande capilaridade e rápida estruturação dos diretórios locais e regionais.

Dutra foi nomeado ministro da Guerra em 1936, no momento do fechamento do regime constitucional de Vargas. No ano seguinte, seria instaurado o regime autoritário do Estado Novo. Dutra se afastaria do cargo em 1945, para concorrer a presidente da República, candidatura que havia sido lançada para se contrapor à do brigadeiro Eduardo Gomes. Em março de 1945, Benedito Valadares viajou a São Paulo para entender-se com o interventor Fernando Costa, articulando o lançamento de Dutra como candidato nacional em um banquete na casa do político e empresário paulista Gastão Vidigal, que seria o primeiro ministro da Fazenda do futuro governo Dutra. Houve em seguida disputada reunião no Hotel Esplanada, que contou a presença de lideranças políticas e empresariais como Horácio Lafer, Altino Arantes, Cirilo Junior e Roberto Simonsen. A candidatura foi lançada oficialmente em cerimônia presidida por Fernando Costa no palácio dos Campos Elísios, com grande repercussão (Vale, 1978, p. 58-62).

Deixando o cargo de ministro em agosto de 1945, Dutra começou os roteiros oficiais de campanha eleitoral com um comício em Belo Horizonte no início de setembro. Conforme *O Jornal*, órgão dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, a Praça Rio Branco, na capital mineira, estava muito iluminada e apresentava aspecto

festivo no comício do PSD, que teria reunido de 10 a 15 mil pessoas. A notícia apresenta indicativos de um intenso trabalho de mobilização que caracterizaria as campanhas eleitorais a partir de então: o evento foi precedido de pequenos comícios nos bairros, organizados pelos diretórios do partido, responsáveis também pela confecção de cartazes⁸.

O PSD buscou garantir os meios e os recursos para realizar a campanha de Dutra nesse novo cenário eleitoral. O financiamento do partido para a campanha derivou principalmente de doações de apoiadores, representando 90% do total. As doações somaram quase 5,2 milhões de cruzeiros. Como ponto de mensuração, encontram-se no mesmo acervo recibos relativos a pequenos serviços, como o pagamento de distribuidores de propaganda no mês de novembro, por exemplo o responsável pela distribuição em Taubaté (SP), que recebeu 600 cruzeiros (0,01% da arrecadação). Em São Paulo, a instalação de 24 postos de distribuição de cédulas no dia da eleição custou 1.920 cruzeiros. Todo o serviço relativo a estes postos, incluindo o pagamento dos distribuidores de cédulas, transporte e refeições, custou 6.451 cruzeiros, 0,12% da arrecadação do partido. Indo para um gasto mais elevado e algo crucial para a campanha, a propaganda em jornais impressos paga pelo partido somou pouco mais de 730 mil cruzeiros, representando 14% da arrecadação⁹.

O *Balanço Geral do PSD* elaborado em 31 de dezembro de 1945 fornece visão sobre as práticas de campanha eleitoral de Dutra. Sobre a mobilização, nota-se que quase 60% dos gastos da campanha foram com propaganda, o que incluía espaços em jornais impressos (18% do total de despesas) e emissoras de rádio (11%), além da confecção de material como cartazes, panfletos e cédulas (18%). Havia também despesas com viagens, necessárias para os roteiros de campanha do candidato e de suas caravanas (correspondendo a 9,5% do total)¹⁰.

Além do balanço de despesas, há o *Relatório das Atividades da Secretaria da Comissão Diretora do PSD*, documento que demonstra a organização da campanha de Dutra em diversos aspectos, desde distribuição de material, serviços jurídicos e protocolo de correspondências. O protocolo cumpria uma função importante na comunicação com apoiadores e eleitores, ficando responsável por distribuir e responder as cartas recebidas. Havia também o serviço de expediente, incumbido de enviar documentos e propaganda para os diretórios estaduais. Conforme o relatório, foram expedidos 40 mil programas e estatutos, 3 mil instruções do Tribunal Superior Eleitoral, 6 mil telegramas e 500 cartas¹¹. Além das práticas de mobilização e propaganda, os relatórios evidenciam a complexidade da organização da campanha presidencial de um partido nacional perante um eleitorado em ampliação, características que marcam o período iniciado em 1945.

Na capital paulista, o colégio eleitoral mais urbano e industrial, o comitê eleitoral de Dutra gerou um relatório de despesas de 23 de novembro a 2 de dezembro de 1945 que indicam algumas práticas adotadas na campanha. Entre os dispêndios, figuram verbas destinadas às caravanas (provavelmente para levar apoiadores aos comícios), pagamento de pessoal para realização de propaganda, compra de bebidas oferecidas a correligionários, confecção de cartazes, entre outros itens. São gastos que demonstram a mobilização eleitoral até os últimos momentos do pleito, buscando angariar adesões nos últimos dias de campanha. Como não havia cédula oficial, cabiam aos partidos e aos candidatos a confecção e a distribuição de cédulas com seus nomes impressos, as quais o eleitor levaria para a seção eleitoral e depositaria na urna dentro do envelope oficial. Nos últimos dias de campanha, destacam-se as despesas com as cédulas, inclusive com a instalação de 24 postos de distribuição no dia do pleito¹².

⁸ CAMPANHA [...]. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set. 1945, p. 8.

⁹ RECIBOS diversos. Arquivo Eurico Dutra, FGV CPDOC ED vp 1945.11.02.

¹⁰ PSD. Balanço Geral em 31/12/1945. Arquivo Eurico Dutra, FGV CPDOC ED vp 1945.11.02.

¹¹ RELATÓRIO das Atividades da Secretaria da Comissão Diretora do PSD. Arquivo Eurico Dutra, FGV CPDOC ED vp 1945.11.02.

¹² PROPAGANDA Eleitoral pró General Gaspar Dutra. 4 dez. 1945. Arquivo Eurico Dutra, FGV CPDOC ED vp 1945.11.02.

Alguns documentos servem de indício das práticas cotidianas nas bases locais. O presidente do PSD fluminense, Ernani do Amaral Peixoto, recebeu um breve relatório do diretório municipal de Miracema em 10 de janeiro de 1946, descrevendo acontecimentos das eleições de 2 de dezembro. Os correligionários locais afirmavam que os resultados obtidos pelo PSD no município, embora tenham garantido a vitória do partido com 58%, tinham se dado abaixo da expectativa. O apontamento dos responsáveis pelos votos da oposição diz algo sobre as práticas eleitorais nas bases locais, mas também sobre a forma como o partido do governo não garantiu o controle da eleição: o "facciosismo do juiz demonstrado desde a escolha do escrivão eleitoral", somado à atitude de coletores estaduais e federais e de professoras. O relatório acusava as diretoras das escolas de irem às ruas "ostensivamente cabalar votos do PSD", ou seja, aliciar eleitores no significado estrito do termo "cabalar". Já o coletor estadual teria convencido grande parcela dos comerciantes locais a votar na oposição.

Os autores do relatório acusam o juiz de Direito de apoiar os candidatos da UDN. Por outro lado, elogiam a atuação do prefeito e do delegado de Polícia, que não teriam interferido no pleito. Numa conjectura inversa, o documento teria descrito a atuação de ambos a favor do PSD? Seria no mínimo ingênuo supor que somente a UDN tenha se utilizado de agentes públicos na campanha eleitoral. A exposição deixa transparecer, em seus encaminhamentos finais, o *modus operandi* tradicional do mandonismo local: para evitar a repetição de tais problemas no futuro, os cargos que vagassem no município deveriam ser preenchidos mediante indicação do diretório do PSD; as professoras contratadas deveriam ser recrutadas por "um critério apolítico" estabelecidos pelos inspetores; o juiz deveria ser transferido, bem como o escrivão da coletoria estadual¹³. Nesse caso, a inconformidade dos representantes do diretório local do PSD deixa evidente, por um

lado, a naturalização do favoritismo político e, por outro, a perda do controle do partido governista sobre as eleições.

Apenas um documento não é capaz de explicar um processo histórico, mas pode servir de vestígio para compreensão de seus aspectos. O relatório de Miracema resalta o acirramento dos ânimos e da competição por votos na reta final da campanha. Poucos dias antes do pleito, os oposicionistas teriam tentado desconcertar um comício do PSD com a utilização de alto-falantes e de rojões. Também acusam os udenistas de suborno no dia da eleição, com o aliciamento de cabos eleitorais adversários e o que teria sido a montagem de um "escritório de compra de votos"¹⁴. O uso de técnicas à margem da lei por ambos os lados não é fato desconhecido, mas o interessante do documento é a forma como explicita a competição pelos votos dos eleitores até o último instante.

Conclusão

Ao longo do artigo, foram pontuados aspectos, com base na histografia, com vistas a um exame das condições históricas para construção do eleitor na experiência democrática iniciada com a transição política de 1945. Essa transição, no bojo das transformações sociais e políticas do primeiro governo de Getúlio Vargas, definiu o caráter do regime balizado pela Constituição de 1946 e que perdurou até 1964, especialmente quanto à modificação das práticas políticas diante da presença da classe trabalhadora no eleitorado.

As elites políticas que se consolidaram no interior ou em oposição ao regime Vargas seriam decisivas na transição política de 1945, incluindo a formação dos partidos políticos nacionais. O regime foi responsável pela construção da figura do cidadão-trabalhador, incorporando a classe trabalhadora ao cenário das relações político-institucionais e, na sequência, ao eleitorado. A transição política de 1945 impulsionou a ampliação e

¹³ RELATÓRIO do PSD de Miracema a Ernani do Amaral Peixoto. 10 jun. 1946. Arquivo Ernani do Amaral Peixoto, FGV CPDOC, EAP psd-r 1945.10.17.

¹⁴ RELATÓRIO do PSD de Miracema a Ernani do Amaral Peixoto. 10 jun. 1946. Arquivo Ernani do Amaral Peixoto, FGV CPDOC, EAP psd-r 1945.10.17.

a modificação do perfil do eleitorado, tornando-o mais amplo nas zonas urbanas e industriais.

Apesar de ter sido gestada no regime autoritário, a transição política de 1945 constituiu-se em momento-chave do processo de construção social dos atores políticos para uma experiência democrática no Brasil. O caráter dessa transição, com ampliação e modificação do perfil do eleitorado, conformou um ambiente propício à construção de agentes políticos interessados na competição eleitoral e no voto. O sistema político anterior a 1930 se baseou em uma participação eleitoral muito restrita, não reunindo elementos favoráveis a tal construção, especialmente no seio das camadas populares urbanas.

A análise da documentação relativa à campanha presidencial de Eurico Dutra aponta para o fato de que não bastava alistar eleitores para competir eleitoralmente: era preciso conquistar ao menos uma parcela, crescente nos meios urbanos, de votos pelo convencimento ou mesmo pelo aliciamento e garantir que a adesão se conservasse até o ingresso do eleitor na cabine indevassável. Com a cédula eleitoral na mão ou no bolso, fechava-se a cortina. A competição no pós-1945 passa necessariamente por um jogo de compromissos, constrangimentos, incertezas e desvios.

Referências

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANGELI, Douglas Souza. "Por meio de sua arma que é o voto": poder local e eleitorado (1947-1959). *Passagens*: revista internacional de história política e cultura jurídica, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 462-482, 2017.

ANGELI, Douglas Souza. *O candidato do povo*: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ANGELI, Douglas Souza; COSTA, Rafael Navarro. A Lei Agamenon e as eleições de 1945: um retrato político-partidário e eleitoral com o fim do Estado Novo. *Antíteses*, Londrina, v. 15, n. 29, 2022.

ARAÚJO, Camilo Buss. *Os pobres em disputa*: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis – anos 1950 e 1960. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ASTURIAN, Marcos Jovino. *O Rio Grande do Sul dividido*: conflitos políticos eleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual (1946-1954). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 7-38.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: clivagens regionais e centralização política. In: SIMPÓSIO sobre a Revolução de 1930. Porto Alegre: UFRGS, 1983. p. 383-418.

CANÊDO, Leticia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 516-543.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Unesp, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CORSI, Francisco Luiz. Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo. *Locus*: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 247-260, 2007.

COSTA, Rafael Navarro. *Eleições se vencem em campanhas?* Uma análise da organização político-partidária do Rio de Janeiro através das disputas eleitorais, da propaganda política e da trajetória do PSD-RJ (1945-1958). 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 97-118.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder*: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CERTEAU, Michael de. *A invenção do cotidiano*. v. 1: As artes de fazer. São Paulo: Vozes, 2014.

DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: ademarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cad. AEL*, Campinas, v. 11, n. 20/21, p. 85-122, 2004.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista*: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRENCH, John. *O ABC dos operários: conflitos e alianças em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec, 1995.

GARRIGOU, Alain. Le secret de l'isoloir. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 71-72, mar. 1988.

GENÉ, Mariana; VOMMARO, Gabriel. Por uma sociologia de lo político. In: OFFERLÉ, Michel. *Perímetros de lo político*. Contribuciones a una socio-historia de la política. Buenos Aires: Antropofagia, 2011. p. 7-26.

GHIGGI, Luciana. *Legislação eleitoral e sistema político-partidário de 1945 a 1964: continuidades e rupturas*. Artigo final (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo brasileiro. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 35-70.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *O jogo das mediações: Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul da I República*. Porto Alegre: Homo Plasticus, 2017.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2024.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

LIMA, Jailma Maria de. *Partidos, candidatos, eleitores: o Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LIMONGI, Fernando. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 58, v. 2, p. 371-400, 2015.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O momento oligárquico: a construção institucional da República. In: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; ALENCAR, José Almino (org.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: PUCRS, 2016. p. 23-62.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

OFFERLÉ, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. In: CANÊDO, Leticia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 343-362.

OFFERLÉ, Michel. *Perímetros de lo político*. Contribuciones a una socio-historia de la política. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas "páginas" do Diário de Notícias*. (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Partido Social Democrático. In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981. v. 1, p. 108-114.

QUELER, Jefferson José. "Oh! Gegê! vem nos salvar": propaganda política popular (1945-1953). *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 38, p. 131-150, 2015.

QUELER, Jefferson José. Quando o eleitor faz a propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959-1960). *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 59-84, 2010.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 13-36.

RICCI, Paolo. As eleições dos anos 1930: coordenação pré-eleitoral em tempos de voto secreto. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 75, p. 72-94, 2022.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Nem só à base do cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na Primeira República. In: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; ALENCAR, José Almino (org.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: PUCRS, 2016. p. 197-228.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O espelho partido da metrópole*. Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelistas. Rio de Janeiro: Folha Seca: Faperj, 2008.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares. *Sociedade e política no Brasil (desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, Antropologia e História Social. In: THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Unicamp, 2012. p. 227-268.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O general Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos: a construção do federalismo oligárquico*. Curitiba: CRV, 2017.

Douglas Souza Angeli

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente efetivo na Universidade do Estado de Minas Gerais. Bolsista BIPDT da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, coordena a pesquisa "Mobilização eleitoral e experiência democrática nas eleições presidenciais no Brasil (1945-1960)".

Endereço para correspondência

DOUGLAS SOUZA ANGELI

douglas.angeli@uemg.br

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.